

Congresso demora a votar medidas

Em 3 dias de sessão só estão escolhidos nomes de relatores

BRASÍLIA — Apesar da presença cada vez maior de parlamentares em plenário durante a convocação extraordinária, o Congresso Nacional ainda não começou a votar as cinco medidas provisórias em pauta — salários, aluguéis, imposto territorial rural, privatização do Lloyd e mensalidades escolares. Ontem, compareceram 351 deputados e 42 senadores, número suficiente para aprovar ou rejeitar qualquer matéria. No entanto, os líderes partidários não conseguiram chegar a um acordo. De concreto, foram definidos apenas os nomes dos relatores das medidas.

A Medida Provisória 288, que pretende extinguir ou privatizar o Lloyd Brasileiro, será relatada pelo senador Luís Viana Neto (BA); a 289, que define as novas alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR), pelo senador Cid Sabóia de Carvalho (CE); a 290, que estabelece a livre negociação das mensalidades escolares, pelo deputado Ubiratan Aguiar (CE); a 291, que determina a livre negociação dos aluguéis, pelo deputado Renato Vianna (SC), e a 292, mantendo a livre negociação salarial, pelo deputado Tidei de Lima (SP). Todos são do PMDB.

Na noite de terça-feira, a reunião de líderes chegou a um consenso sobre o procedimento de votação das medidas. Pelo acordo, o Congresso votará primeiro as medidas 288, 289 e 290. A próxima semana será dedicada exclusivamente à discussão das medidas restantes, que tratam de aluguéis e salários — a 291 e a 292. Finalmente, a partir do dia 21, os parlamentares pretendem votar as duas medidas mais polêmicas. Entre todas as medidas, a do Lloyd Brasileiro tem maior perspectiva de acordo. Os líderes do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), e do PFL, deputado Ricardo Fiúza (PE), não querem sua extinção, mas aceitam a privatização. Para ambos, porém, não há necessidade de medida provisória.



Fiúza, Tidei (de pé), Ibsen (E): líderes discutem

ria para isso, pois o governo já dispõe de legislação aprovada no ano passado pelo Congresso. O mais importante, na verdade, será a inclusão de emenda garantindo ao governo o direito de conceder empréstimo para custeio imediato do Lloyd.

Trapalhadas — A alteração do ITR, proposta pelo governo, é a que tem gerado mais polêmica em todos os partidos. O senador Amir Lando (PSB-RO), contrário a medida, lembra que tanto os dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) divergem dos dispositivos da matéria. O líder Fiúza, por exemplo, quer suprimir o Artigo 3, que deixa para o governo a fixação do Valor Venal da Terra Única (VTN). Para o deputado, isso "é um arbítrio". Do outro lado, os senadores Cid Sabóia de Carvalho e Humberto Lucena (PMDB-PB) atacam a medida por considerá-la um retrocesso em relação da

lei em vigor — o estatuto da terra do governo do ex-presidente Castelo Branco.

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, reuniu as lideranças do Congresso em seu gabinete na noite de terça-feira para tentar um acordo em torno da medida. Mas, segundo um dos presentes, a preocupação maior do ministro foi negar a autoria da medida, que assina ao lado da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e que conseguiu desagradar, ao mesmo tempo, grandes e pequenos proprietários rurais.

"Acho que estamos diante de uma trapalhada sem Cabral", comentou irônico o parlamentar, relembrando ontem os erros em medidas provisórias ocorridos durante a gestão do ex-ministro Bernardo Cabral na Justiça. Passarinho atribuiu o texto que todos querem modificar à área econômica do governo.

Brasília — Aldori Silva